

Pós-neoliberalismo e a configuração de novas alianças políticas na América Latina: Bolívia, Venezuela e Equador*

Renata Peixoto de Oliveira

Professora e coordenadora do curso de Sociologia e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu-PR.

Introdução

Para alcançarmos os objetivos já definidos anteriormente, o presente trabalho será organizado da seguinte maneira: uma primeira seção versando sobre o contexto político e econômico, das últimas décadas, dos três casos a serem analisados, bem como as principais transformações que ocorreram no Equador, Venezuela e Bolívia, após a ascensão política dos respectivos presidentes, Rafael Correa, Hugo Chávez e Evo Morales. Em tese, partimos do pressuposto de que essas mudanças políticas e econômicas, são fundamentais para se compreender as diretrizes no campo da Política Externa. Na seção seguinte, procuraremos compreender o papel da *Alianza Bolivariana para los pueblos de nuestra América* para a Política Externa destes três países e como se tornou um instrumento de consolidação de uma aliança política entre os mesmos e de projeção de seu modelo político-econômico, conformando um verdadeiro eixo-estratégico Bolivariano na região Andina.

* Trabalho apresentado no VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Quito, 12 a 14 de junho de 2012.

Mudanças políticas e econômicas ocorridas na Venezuela, Bolívia e Equador após a ascensão de governos progressistas

A Venezuela sempre gozou de sua excepcionalidade frente aos outros países da região, detentora de uma grande riqueza mineral que a tornou um dos principais produtores e exportadores de petróleo do mundo e, além disso, um país marcado por um regime democrático que vigorou por mais de quarenta anos, enquanto toda a região passava por ditaduras militares. Desde que foi firmado o *Pacto de Punto Fijo*, em 1958, os principais partidos políticos do país, ao fim da ditadura de Perez Gimenez, se revezaram no poder, com especial destaque para a *Ación Democrática* e o *Copei*.

Desde que passou pelo *boom* petrolífero, entre as décadas de 1920 e 1940, a estrutura econômica e o Estado venezuelano mudaram radicalmente. Constituiu-se uma verdadeira economia de enclave, característica dos Estados petrolíferos, e o Estado Venezuelano, gradativamente, passou a buscar um maior papel e controle sobre a receita oriunda deste setor. Neste Sentido, a reforma de hidrocarbonetos realizada em 1943 pelo governo de Isaías Medina Angarita, foi primordial para o estabelecimento do papel do Estado no setor. Em 1960, foi criada a empresa estatal CVP (*Companhia Venezuelana de Petróleo*) e o país se tornou membro fundador da OPEP. Em seguida,

cabe destacar as reformas que, definitivamente, nacionalizaram o setor e criaram a empresa estatal PDVSA, em 1976, pelo presidente Carlos Andrés Perez da *Ación Democrática*. A década de 1970, representou o auge econômico com a entrada de petrodólares e as benesses da crise do petróleo para os países produtores e exportadores. Ademais, foi o auge de uma Política Externa mais ativa, com o país se projetando para o Caribe e América Central e deixando de lado sua postura isolacionista marcada pela Doutrina Bettancourt¹ ou pelos laços preferenciais com os EUA.

Dos países da região a passar pelas transformações fundamentais no sentido de busca de alternativas ao modelo neoliberal, temos a Venezuela como primeiro caso. Em verdade, no caso venezuelano, tivemos a primeira reação não em relação aos custos das reformas após sua implementação, mas uma reação à própria adoção de medidas de ajuste e à abertura comercial. Em suma, a reação da população venezuelana foi imediata. Enquanto o continente ainda festejava as benesses que tal modelo poderia trazer para países que emergiam da uma grave crise dos anos 1980, a Venezuela resistiu à idéia de sua implementação.

Ainda na década de 1980, precisamente em 1989, ocorreu uma das mais violentas reações ao modelo neoliberal de toda a região, quando civis e militares se enfrentaram em Caracas, em um episódio que ficou conhecido como “caracazzo.”

As mudanças que se prenunciavam no segundo governo de Carlos Andrés

Perez, iriam de encontro com o papel preponderante do Estado na economia, principalmente em relação ao setor petrolífero que passaria por um processo de “apertura” ao capital estrangeiro. Como primeiro sinal das mudanças, o aumento no preço dos combustíveis elevou o custo de vida de uma população já empobrecida e que não havia compartilhado das riquezas do período de *bonanza* petrolífera, na década de 1970. A crise econômica, assim, se transformou em uma verdadeira crise político-institucional que afetou as bases de legitimidade do regime político estabelecido em 1958, através do *Pacto de Punto Fijo*:

“O ponto culminante da crise econômica se deu no segundo governo Pérez, marcado por escândalos de corrupção e pela impopularidade de sua política econômica, além da resistência popular aos pacotes ortodoxos, conhecidos como “El gran Viraje” e o “Paquetazo” (KARL, 1997). Com estes pacotes pretendia-se o restabelecimento do equilíbrio macro-econômico em curto prazo e o pagamento da dívida externa, além de incentivar a diversificação da pauta exportadora – extremamente dependente do petróleo, um produto em baixa no mercado internacional (LANDER, 1996: 51). A instabilidade política e a resistência às reformas econômicas culminaram no chamado “Caracazo”, uma onda de protestos, saques e confrontos violentos entre a sociedade civil e os militares. Ao contrário dos países vizinhos, com recente histórico de hiperinflação e ditaduras militares, nos quais houve pouca oposição ou mesmo uma tácita aceitação

da necessidade das reformas neoliberais, na Venezuela, as políticas de ajuste, carentes de legitimidade política, foram imediatamente rejeitadas (Ibidem, 1996:68). A especificidade venezuelana deve ser avaliada contra o pano de sua trajetória pregressa. Nesse país, mais do que em quaisquer outros, a idéia da intervenção do Estado na economia gozava de ampla legitimidade, tanto pela natureza de seu setor exportador, como pelo generoso atendimento das demandas setoriais, corporativas e privadas dos interesses incorporados à rede clientelística tecida através do Pacto de Punto Fijo.” (OLIVEIRA, 2011)

Rafael Caldera, cujo primeiro mandato para presidente se deu através do COPEI, um dos partidos de sustentação do regime puntufijista, se candidatou novamente, mas sob a legenda do “*convergência*”, um sinal claro de que estava procurando se desvencilhar da velha política partidária do país. Em que pesem as tentativas, não foi possível contornar a crise econômica e garantir ampla margem de manobra, conferindo à Política Externa grande autonomia frente aos interesses estrangeiros, notadamente norte-americanos.

Com a derrocada do regime e a crise das instituições políticas tradicionais, abriu-se espaço para uma renovação política na Venezuela. Este foi o contexto no qual o ex-tenente coronel, Hugo Rafael Chávez Frias, que havia tentado

1. A Venezuela priorizava a manutenção de laços com países democráticos durante o governo Bettancourt no final dos anos 1950.

um golpe de estado contra Andrés Pérez em 1992, chegou ao poder, por via eleitoral, em 1998.

Se a ascensão política de Chávez, por si mesma, já era indicativa de mudanças políticas, seu governo promoveu uma série de reformas e mudanças profundas, ao longo de mais de uma década no poder. Com a erosão do regime político precedente, a sociedade venezuelana se mostra mais polarizada e marcada pelas cisões políticas e clivagens sociais. Com Chávez, o marco constitucional de 1961 deu lugar a uma nova constituição aprovada em referendo, em 1999. Além disso, no mesmo ano, o presidente realizou uma reforma do marco legal que regularizava os hidrocarbonetos gasosos e, em 2001, reformou o marco regulatório dos hidrocarbonetos líquidos.

“Lo más apremiante para el gobierno era la aprobación de la “Ley Orgánica de Hidrocarburos”. Esa norma poseía cinco objetivos claros: 1) Recuperar el papel central del Estado en el tema petrolero, a través del Ministerio de Energía y Minas (hoy Ministerio de Energía y Petróleo, MENPET); 2) Aumentar los ingresos fiscales de origen petrolero; 3) Fortalecer la OPEP y promocionar la recuperación de los precios internacionales; 4) Romper con las tendencias favorables a la privatización de PDVSA; 5) Estimular la participación de empresarios petroleros nacionales. Sin embargo, esta Ley no serviría para nada si el Estado no controlase efectivamente PDVSA, la más importante fuente de renta de Venezuela.” (SEVERO, 2009:99)

A partir da nova carta e das reformas realizadas no setor energético, o governo Chávez procurou lançar as bases de seu governo, procurando estabelecer uma nova institucionalidade democrática para o país, o que convencionamos chamar por *Democracia participativa e protagônica*:

“A emergência dos movimentos sociais e a mobilização da sociedade civil foram fundamentais para a busca de modelos alternativos à democracia liberal associada à economia de mercado. Dessa forma, a democracia liberal, representativa, foi cedendo espaço para a construção de uma democracia participativa no país (...). Na Venezuela, a Constituição de 1999 representa bem a adoção do modelo participativo. A atual constituição venezuelana não prima pela defesa da democracia representativa como a anterior, pois procura avançar trazendo outra concepção de democracia (...). A partir do novo marco constitucional, a adoção de mecanismos ‘participacionistas’ pelo governo Chávez incluiu a possibilidade de se realizar referendos para revogação de mandatos (...). Além deste mecanismo, existem outros mecanismos ‘participacionistas’ e que permitem, inclusive, a revogação ou ratificação de leis e tratados internacionais, a participação da sociedade civil em órgãos de controle e prestação de contas; iniciativa legislativa; co-gestão em governos locais e o reconhecimento da autonomia das comunidades indígenas.” (OLIVEIRA, 2011:69-71)

Além de recuperar o papel do Estado no setor petrolífero e destinar parte de sua receita para manter sua base de legitimidade popular:

“O uso do petróleo para atingir os objetivos da Revolução Bolivariana fez ressurgir uma velha ideia que povoa o imaginário político venezuelano, desde o início do século XX, o de sembrar el petróleo (semear o petróleo). Nos períodos marcados pela bonança petroléira, o crescimento econômico teve impacto positivo para a renda per capita, mas, efetivamente, não foi capaz de resgatar a dívida social, nem de superar as desigualdades sociais e a concentração de renda. O regime de Chávez buscou mudar essa herança firmada ao longo do período do Pacto de Punto Fijo, através da aplicação de considerável parcela da renda petroléira em programas sociais.” (OLIVEIRA, 2011:78)

Já a Bolívia, um país marcado por sua condição geopolítica singular em nossa região e por perdas territoriais históricas,² e que passou por um processo de construção do Estado Nacional marcado por três diferentes ciclos de exploração e exportação de riquezas minerais, prata, estanho e gás natural. Ademais, é um país marcado, historicamente, pela grande concentração de terra nas mãos das oligarquias e pela exclusão social, econômica e política de grande parte de sua população composta por diversos povos indígenas

Durante o período conhecido como “Socialismo Militar” (1936-1939) ocorreu um processo de aproximação identitária de diversos povos e classes sociais em decorrência do conflito contra o Paraguai, neste período, marcado pelos governos de David Toro e Germán Busch, o papel do Estado na economia foi retomado e realizou-se a

primeira nacionalização de hidrocarbonetos da região, em 1937.

Em 1952, um acontecimento político marcou em definitivo a história desse país. O partido progressista MNR chegou ao poder com Victor Paz Estenssoro (1952-1956) realizando uma série de reformas como a nacionalização das Minas de Estanho, a Reforma agrária e instituindo o sufrágio universal (FILHO & VIANA 2011: 227).

Em 1964, o país mergulhou em uma ditadura militar e realizou a transição para a democracia em meio ao estouro da crise da dívida, em 1982. A partir de então, instituiu-se um regime democrático pactuado no qual partidos como ADN, MIR e MNR se revezaram no poder (entre 1985 e 2003) formando governos minoritários e dependentes de acordos entre os partidos no congresso nacional (REIS, 2010: 01).

Foi através destes mecanismos que em 1985, o MNR de Estenssoro firmou acordo com a ADN de Hugo Banzer para obter apoio ao Novo Pacote Econômico, uma série de políticas de ajuste e de reformas estruturais de caráter ortodoxo (MORALES,1992). Naquele ano, o decreto supremo de número 21060 realizou a abertura econômica no país e um amplo processo de privatizações e capitalização de empresas es-

2. A Bolívia perdeu sua saída para o mar com o conflito conhecido como Guerra do Pacífico (1979-1981), contra o Chile; perdeu a região do Acre para o Brasil (1902); perdeu a região do Chaco, onde disputava uma das margens do Rio Paraguai com este país (1933-1935).

tatais. Estas reformas afetaram a classe trabalhadora organizada, especialmente a COMIBOL (Corporação Mineira da Bolívia) e a COB (Central Operária Boliviana).

Nos governos Sanchez de Lozada e Hugo Banzer a crise político-institucional se alastrou pelo país. Em seu primeiro governo (1993-1997), Lozada privatizou o setor de hidrocarbonetos e, em acordo com os EUA em sua guerra anti-drogas, reprimiu camponeses produtores de coca, uma erva cujo uso por povos indígenas é milenar. No governo seguinte (1997-2001), Hugo Banzer tentou privatizar os serviços de fornecimento de água, gerando uma série de protestos e conflitos conhecidos como a Guerra da Água. Em seu segundo governo (2002-2003), Sanchez de Lozada lançou o projeto de exportar gás natural para os EUA através de

portos Chilenos, o que gerou uma nova onda de protestos conhecida como a Guerra do Gás (SOUZA, 2012:02-04). A instabilidade política se agravou e o presidente renunciou, assumindo o vice Carlos Mesa. Diante da gravidade da situação e do desgaste do regime político, de seus partidos e políticos tradicionais, novas eleições foram convocadas, levando o MAS (Movimiento al Socialismo) de Evo Morales, líder dos cocaleiros, ao poder.

Com Morales, ocorreu a nacionalização do setor de hidrocarbonetos e uma reforma constitucional para repensar a organização do Estado Boliviano, incluindo a questão da autonomia territorial indígena, além do estabelecimento de um Estado plurinacional.

No Equador, uma economia que, historicamente, foi considerada pequena e pouco vinculada ao mercado internacional, o Estado desenvolvimentista ganhou contornos a partir do governo Galo Plaza Lasso (1948-1952), através de um modelo baseado na agro-exportação de bananas, o que veio a substituir a economia cacaueteira, já em crise. A partir disto, a economia equatoriana se tornou mais integrada aos mercados internacionais, iniciou-se o processo de urbanização além do grande endividamento externo em meio à aceleração do processo de substituição de importações. Nos governos seguintes, como os de Jose Maria Velasco Ibarra, primeiro de 1952-1956 (quando criou a Junta Nacional de Planificação em 1954)³ e depois de 1960-1961, que tiveram como interregno o governo de Camilo

Hugo Banzer tentou privatizar os serviços de fornecimento de água, gerando protestos e conflitos conhecidos como a Guerra da Água.

Ponce Enríquez de 1956-1960, ocorreu um crescimento da inversão industrial no país. Em 1961, Ibarra foi derrubado pelo seu vice, Carlos Jukio Arosemena, que por sua vez, após um golpe, deu lugar a uma junta militar que governou o país entre 1963 e 1966, conferindo um papel preponderante ao Estado na promoção do desenvolvimento e sendo considerada a vanguarda da burguesia industrial. Durante o Regime militar, ocorreram importantes acontecimentos como a primeira Reforma Agrária do país, em 1964, e uma reforma tributária. Em 1964, também foi lançado o *Plan Quinquenal Vial* para incentivar investimentos em infra-estrutura.

Foi na década de 1960, que o potencial petrolífero do país começou a chamar atenção e atrair inversões estrangeiras. Na década seguinte, aumentaram os ingressos pelas exportações de petróleo e o país se tornou mais atrativo para investimentos externos. O Equador viveu um período de “*bonanza*”, promovido pelo petróleo, em alta no mercado internacional. Cabe ressaltar que mesmo com papel preponderante do Estado, o empresariado se beneficiou do auge do petróleo. O consumo nacional aumentou e as migrações para grandes centros como Quito e Guayaquil, deram um perfil ainda mais urbano para a sociedade Equatoriana (ACOSTA, 2006:120).

Garantir o papel do Estado na economia também foi o eixo central da ditadura do governo nacionalista e revolucionário do Gal. Guillermo Rodríguez Lara (1972-1976) que realizou a segunda reforma agrária (1973). En-

tre 1964 e 1972, aumentou o déficit da balança comercial com a queda das exportações de banana e incremento das importações (ACOSTA, 2006:119).

Esta tendência de fortalecimento do Estado foi reduzida durante o governo militar que se seguiu, chamado Triunvirato militar (1976-1979), que realizou uma abertura comercial e reduziu o intervencionismo estatal. Neste governo foi lançada uma lei de hidrocarbonetos (1978) e realizada uma Reforma Agrária (1979) (MAYORAL, 2009:121-125). Apesar do grande crescimento econômico experimentado pelo país, que se beneficiou da alta do petróleo no período compreendido entre suas duas crises internacionais, de 1973 e 1979, a estrutura de desigualdades continuou a imperar no país. Entre 1972 e 1981, o país apresentou um crescimento do PIB na ordem de 8% ao ano (ACOSTA, 2006:127), e, nem isso ou mesmo as seguidas reformas agrárias foram capazes de mudar o quadro social do país. A chamada doença holandesa (*Dutch Disease*), que acomete países produtores e exportadores de petróleo, pela consequente estagnação de outros setores produtivos preteridos pelo setor petrolífero, também se verificou no caso Equatoriano.

Em 1979, ocorreu a transição para a democracia, o primeiro governo civil era o de Jaime Roldós que teve seu governo interrompido em 1981 quando o

3. Que depois passaria a se chamar Consejo Nacional de Desarrollo em 1979. ACOSTA, 2006, p. 112.

mesmo se vitimou em acidente aéreo. A partir disso, um longo período de instabilidade política teve lugar. Entre 1979 e 2009, o país teve 13 presidentes, a maioria não conseguiu cumprir o seu mandato até o final, e esta situação conheceu o seu apogeu na década de 1990:

“Ecuador was one of the most troubled democracies in Latin America, suffering from the syndrome of what Arturo Valenzuela (2004) termed ‘presidencies interrupted.’ Between 1997 and 2005, three elected presidents – Abdalá Bucaram, Jamil Mahuad, and Lucio Gutiérrez – were forced from office prior to completing their terms. In all three cases, mass protests against economic policies and/or corruption provided the justification for congressional opponents to remove the presidents, with the tacit approval of the armed forces. The public’s alienation from politics was plain to see in public opinion polls. In three successive democracy audits undertaken in 2001, 2004, and 2006, Ecuadorians expressed a profound lack of confidence in the ‘central nucleus’ of the political system: the national government, congress, and political parties (SELIGSON, 2006). Not surprisingly, the lack of confidence went hand in hand with a widely shared view that politicians were corrupt (LARREA OÑA, 2007).” (CONAGHAN & TORRE, 2008: 270-271)

A origem da crise política remonta à década de 1980, conhecida como a década perdida para os países da região, foi marcada, pela crise da dívida na qual os governos assumiram as dívidas das empresas particulares contraídas

no exterior, em contexto já marcado pelo grande impacto da queda dos preços do petróleo, elevação da taxa de juros, déficit da balança comercial, reativação do conflito fronteiriço com o Peru e surgimento do fenômeno “*el niño*” que provocou graves desastres naturais (MAYORAL, 2009:127).

O ajuste neoliberal teve início com o governo de Osvaldo Hurtado (1981-1984), que viveu a eclosão da crise da dívida. Neste governo, a dívida externa das empresas, contraída em dólares passou a ser paga em Sucre, enquanto o governo se comprometia em saldar a sua dívida na moeda norte-americana. As políticas neoliberais tiveram sequência nos governos de Leon Ferbres Cordero (1984-1988) e de Sixto Durán Ballén (1992-1996) que, em 1994, lançou a Ley de Desarrollo Agrário que garantiu a concentração de terra e limitou o papel do Estado, mas ganhou contornos polêmicos com a decisão do governo de Jamil Muahud (1998-2000) de dolarizar a economia equatoriana. Foi justamente neste governo que o país viveu a maior crise financeira de sua história (MAYORAL, 2009:129-130).

A defesa de uma maior intervenção do Estado na economia só ocorreria no governo de Alfredo Palácio (2005-2007), que assumiu após a renúncia forçada do presidente Lúcio Gutierrez, em 2005. A peça chave na defesa de um maior papel designado ao Estado seria o popular ministro da economia Rafael Correa que concorreria nas eleições para presidente da República, em 2006. Sua candidatura se deu por meio

da criação do *Movimiento Patria Altiva y Soberana* (PAIS), atraindo apoio de grupos de esquerda e ativistas políticos que forçaram a renúncia do ex-presidente Gutierrez.

Em setembro de 2007, o presidente consolidou seu poder político garantindo a maioria das cadeiras para deputados da Assembleia Constituinte (BECKER, 2011:50). Em 2008, o novo presidente conseguiu aprovar uma Nova Constituição, referendada pela população, as principais mudanças trazidas por aquela que seria a vigéssima constituição do país, seriam: a) maior concentração de poder no executivo, principalmente, em matéria econômica; b) Revogação de mandato presidencial (Recall); c) Um dos poderes poderia dirimir o outro, levando a novas eleições (morte cruzada); d) criação do poder eleitoral; e) criação do poder de Participação cidadã e controle social. Além disso, o governo Correa aumentou os gastos sociais, inclusive criando o Bono de Desarrollo Humano (BDH); realizou uma reforma do setor de hidrocarbonetos e declarou mora técnica dos bônus globais da dívida externa, entre 2012 e 2030, o que ocasionou o aumento do risco país e gerou a necessidade de buscar novas fontes de financiamento em países como China, Venezuela e Irã (MAYORAL, 2009: 132-133).

As vitórias eleitorais e popularidade garantem a Correia, assim como a Chávez, a continuação de seu processo de transformações e reformas. O que leva estes presidentes a exercerem um tipo de presidência plebiscitária e es-

tarem em campanha permanente, segundo definição de Conaghan e Torre (2008:270).

Um desafio para o presidente Correa seria a construção de um estado plurinacional como o buscado pelo colega boliviano Evo Morales. Historicamente, no Equador, os movimentos indígenas se fortaleceram através de um modelo de organização corporativista, como a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE). Mas o presidente Correa emerge de um universo que podemos chamar liberal, no que se refere a defesa de direitos individuais, somando-se a isso, a concentração de poderes nas mãos do executivo leva ao sentimento de marginalização por parte dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos indígenas. Mesmo assim, é importante dizer que existe, por parte dos movimentos sociais, um grande apoio ao presidente Correa no que se refere a busca de alternativas ao modelo neoliberal e a retomada do papel do Estado na economia.

Nas páginas anteriores, foram apresentadas as cronologias de três diferentes experiências, a Venezuelana, Boliviana e Equatoriana no que se refere a construção de um modelo nacional-desenvolvimentista e sua posterior crise e adoção de medidas de ajuste. Na esfera política, percebemos a instabilidade do regime democrático e a sucessão de diferentes ditaduras militares, do mesmo modo que verificamos a constante manutenção de regimes políticos excludentes e de graves problemas sociais.

Por fim, verificamos como, para os três casos, presenciamos a ascensão de novos atores políticos, considerados “outsiders”, detentores de um discurso contra-hegemônico e defensores de políticas nacionalistas.

Estes fatores domésticos são essenciais para entendermos a Política Externa destes países, principalmente, as mudanças de orientação no período recente. Além disso, poderemos sinalizar as semelhanças no que se refere à atuação internacional, o desenho da Política Externa destes três países e que viabilizaram a conformação de importantes parcerias econômicas, mas, sobretudo a consolidação de uma aliança política entre eles. A construção desta aliança entre os chamados governos bolivarianos será melhor explorada na próxima seção deste trabalho, mas seu ponto de partida se dá através das semelhanças entre suas trajetórias política e econômica em décadas anteriores.

Para os três casos, o fator hidrocarbonetos assume papel central na economia e na inserção destes países no mercado internacional. A Venezuela seria o caso mais extremo, tendo em vista suas consideráveis reservas petrolíferas, o peso de sua economia frente aos demais, e o fato de ter se constituído em uma economia de enclave, em um *Petro State*, há mais tempo, já que o *boom* petrolífero neste país teve início na década de 1920. A Bolívia também se constituiu em uma economia de enclave, mas apresentou diferentes ciclos, o da prata, seguido pelo Estanho e, finalmente, Gás Natural. Este último,

em evidência a partir do período do ajuste neoliberal. Diferentemente dos dois primeiros casos, o Equador baseou sua economia no modelo agroexportador, com o Cacau e na sequência com a banana, tendo o petróleo adquirido maior importância a partir da década de 1970. Em décadas recentes, o setor de hidrocarbonetos se tornou vital para as economias Equatoriana e Boliviana, do mesmo modo como é vital para a Venezuela. Diante disso, a discussão em torno do papel do Estado na economia e a resistência em torno do modelo neoliberal ganhou extrema relevância nestes contextos nacionais específicos. A Política Externa destes países, suas relações internacionais e fomento a processos de integração regional, passam pela centralidade que estes setores têm para suas economias. É, por isso, que para os três casos, as reformas ocorridas no setor de hidrocarbonetos foram essenciais na política de reversão das reformas neoliberais realizadas em anos anteriores.

Além das semelhanças econômicas, estes países apresentam similaridades na esfera política com Sistemas Políticos altamente excludentes, uma grande parte da população marginalizada (principalmente as populações indígenas de Bolívia e Equador), e grandes desigualdades sociais e concentração de renda a despeito do crescimento econômico propiciado pelos recursos minerais e energéticos, em tempos de alta dos preços no mercado internacional.

Para os três casos, a grave crise de instabilidade que levou à queda de presi-

dentes e ampla mobilização social que, em seguida, deu espaço para a ascensão de políticos *outsiders* e com perfil nacionalista, se deu em um contexto de profunda crise econômica, alavancada pela queda dos preços dos principais produtos de sua pauta exportadora no mercado internacional e pela eclosão da crise da dívida. A consequência da crise econômica foi à erosão dos regimes políticos, através de sua crise de legitimidade, falha na promoção do bem-estar social, escândalos de corrupção e espoliação das riquezas da nação em favorecimento do capital estrangeiro.

Deste modo, não é possível atribuir à ascensão dos presidentes Morales na Bolívia e Correa no Equador, um caráter simplesmente mimético, ou artificial, em relação à ascensão política de Chávez. Os três países apresentaram contextos políticos e econômicos muito semelhantes no momento de ascensão destes três líderes. Chávez pode ser um modelo já que mostrou ser possível sua chegada ao poder e a realização de importantes reformas, mas os outros países apresentaram condições semelhantes.

Deste modo, é possível afirmar que a centralidade dos hidrocarbonetos, a erosão de regimes políticos excludentes e gozando de perda de legitimidade perante a população e o impacto das políticas de ajuste foram aspectos essenciais para que governos progressistas, muitas vezes chamados de populistas, chegassem ao poder nestes três países.

A reversão do grave quadro de desigualdades sociais, que provocou diver-

A grave crise de instabilidade que levou à queda de presidentes e ampla mobilização social se deu em um contexto de profunda crise econômica.

sas mobilizações populares e trouxe relevo para os movimentos sociais, só seria possível com o aumento de gastos sociais, o que foi realizado pelos três governos, em relação aos governos precedentes.

A falta de legitimidade de atores políticos tradicionais, a crise de desconfiança em relação a toda a classe política, levou à busca de alternativas, de novos atores, novos partidos. A construção de um novo modelo político, mais inclusivo, através de mecanismos participacionistas, foi possível quando os três países lançaram novas constituições, todas referendadas pela população.

O peso dos hidrocarbonetos para a economia destes países e a grande mobilização contrária à abertura deste setor, levaram o eleitorado a buscar opções políticas nacionalistas, que defendessem um maior papel do Estado na economia. Para os três casos, também

foram realizadas reformas do setor de hidrocarbonetos, garantindo uma maior participação do Estado no setor.

Desse modo é possível concluir, que aspectos sociais, econômicos e políticos permitiram não apenas a ascensão de políticos com o perfil de Chávez, Morales e Correa, mas, sobretudo, conferiram legitimidade para as reformas que empreenderam na esfera política e econômica. Legitimidade esta garantida pelas seguidas vitórias eleitorais, pelo caráter plebiscitário de suas democracias que garante ampla participação popular em importantes decisões e, sobretudo, pela ampliação das agendas sociais destes governos.

É justamente a partir destas semelhanças de condições e de rumos tomados pelos seus governos, que uma aliança entre Venezuela, Bolívia e Equador faz tanto sentido.

Rumos e objetivos da Política Externa dos governos bolivarianos e o papel da *Alianza Bolivariana para los pueblos de nuestra América* para a consolidação de uma aliança política na região

Partindo de condições políticas e econômicas semelhantes, e que nos ajudam a compreender a ascensão de lideranças políticas como Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, no cenário latino americano do final do século XX e início do XXI, podemos buscar as principais características de suas Políti-

cas Externas e como o projeto da *Alianza Bolivariana para los pueblos de nuestra América* se tornou um elemento emblemático em sua conformação.

No caso Venezuelano, deve-se destacar que à Política Externa do governo Chávez pode-se atribuir um caráter de ruptura e ao mesmo tempo em que ela conserva importantes traços de continuidade em relação a um período marcado por forte ativismo internacional, a década de 1970. Na época, a tese das múltiplas identidades procurava explicar a inserção venezuelana e busca de projeção internacional, a partir de sua identidade cultural, ao mesmo tempo, andina, amazônica e caribenha.

De igual maneira, o governo Chávez procura garantir a inserção venezuelana no cenário regional, da mesma forma em que procurou diversificar suas relações internacionais, para muito além de sua histórica relação de proximidade com os EUA, demarcando sua preferência pelo multilateralismo e defesa de um mundo multipolar. Mas a Política Externa de Chávez também trouxe elementos novos para a configuração da Política Externa Venezuelana, e neste sentido, Javier Corrales (2008) chama atenção para algumas características centrais, como o uso do *Social Power*, ou seja, construção de laços de solidariedade com outros países através de ajuda internacional e fomento a projetos sociais; postura confrontacionista em relação aos EUA e, por fim, sua postura nacionalista em defesa da autonomia e soberania, inclusive no que se refere aos recursos naturais do país.

Comumente se atribui à Política Externa de Chávez o caráter de “fortemente orientada por fatores ideológicos”, isso se deve ao forte discurso e postura anti-sistêmica além da alusão ao socialismo, através da proposta de construção de um Socialismo do Século XXI ou da alusão à própria figura do mártir Simón Bolívar.

Ainda nas análises acerca da Política Externa do governo Chávez, é comum nos depararmos com distintas periodizações que buscam compreender onde está o divisor de águas que marca o início de uma postura mais radical, principalmente, em termos ideológicos. Geralmente, interpretações como as de Kosloff (2007) são bem aceitas, por destacarem como ponto de ruptura o ano 2002, quando ocorreu a tentativa fracassada de golpe contra o presidente Chávez em um processo de crise política e institucional, também marcado, pelo acirramento do conflito com a oposição, forte polarização política da sociedade venezuelana e reações contrárias à política de nacionalização dos hidrocarbonetos, realizadas a partir de um novo marco regulatório com a lei de 2001. Nos dois primeiros anos de governo (1999-2001), era necessário controlar a crise econômica e o governo tinha pouca margem de manobra, entre 2002 e 2003, foi necessário controlar a crise política interna e, a partir disso, quando alcançada a estabilidade necessária, a postura do governo Chávez no plano internacional se tornou mais assertiva.

No que se refere à Política Externa boliviana, na década de 1990 e primei-

ra metade da década de 2000, são visíveis os traços de continuidade entre os governos Lozada, Banzer e Quiroga, tendo em vista a influência das reformas neoliberais e o incentivo à modernização, entendida como a necessidade de liberalização e abertura econômica para atrair o capital estrangeiro. A Política Externa Boliviana era então marcada por alguns importantes pontos de sua agenda como o fomento à cooperação com países vizinhos, principalmente, Argentina, Brasil, Chile, Peru e Paraguai; a necessidade de ampliar mercados e diversificar a pauta exportadora (até mesmo em função de não ter sido contemplada pelos EUA em seu TLC com países Andinos por não haver aprovado a lei de hidrocarbonetos); a Guerra contra o narcotráfico marcada pelo *Plan Dignidad*; implementado em 1998; e, por fim, a questão da reintegração marítima, sempre delicada em suas relações com o Chile.

A continuidade marcada pelo modelo neoliberal foi interrompida bem como não foi possível o alcance dos objetivos apresentados pelas principais questões da agenda externa quando no período entre 2001 e 2005, o país passou por forte instabilidade política. No período ao qual nos referimos cinco diferentes ministros assumiram a chancelaria.

A partir de 2006, a Política Boliviana mudou drasticamente, Evo Morales foi eleito e o MAS se tornou o mais importante partido político do país. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) confere prioridade à Política Externa (DELGADO & FILHO, 2010:290).

Em termos de Política Externa o governo se lançou em defesa dos interesses nacionais e da soberania no plano externo e nestes aspectos a recuperação do controle dos recursos naturais foi essencial (GONÇALVES, 2009, pp, 32-35):

“De acordo com Guevara Avila (2007), diplomata boliviano, a nova política externa da Bolívia não é apenas expressão dos processos de transformação interna vividos pelo país, mas também um instrumento importante para incidir de forma protagônica nos processos de mudança no âmbito internacional. Nesse contexto global de transformações, destaca a opção boliviana do novo governo de construir um novo Estado mediante a ‘descolonização externa e interna’ (AVILA, 2007, p. 38), o que implica em reprojeter a política externa do país.” (GONÇALVES, 2009:39)

Esta nova projeção da Política Externa Boliviana assume como essenciais questões como a superação das assimetrias internacionais; uma nova abordagem na luta contra o narcotráfico, respeitando as tradições indígenas do uso da folha de coca; a adoção da diplomacia dos povos através do estabelecimento de relações não apenas com os governos e pela valorização da questão dos direitos humanos.

Importantes acontecimentos internos como a reversão das privatizações no setor energético e de telecomunicações gerou algumas tensões entre o governo boliviano e outros são exemplares a nacionalização dos hidrocarbonetos e a consequente tensão com o governo

brasileiro pelos interesses da Petrobrás, além das tensões envolvendo a retomada do controle da ENTEL, antes controlada por uma empresa italiana.

Outro episódio polêmico foi a expulsão do embaixador norte-americano Philip Goldberg em 2008, em meio ao acirramento das tensões entre o governo e líderes políticos de oposição da região da meia lua. Neste episódio, o governo Morales acusava o embaixador de conspirar contra seu governo e instigar movimentos separatistas e um golpe de estado. Nestes casos, a Bolívia conseguiu apoio de governos amigos como o de Hugo Chávez, e até com a moderação de governos como o Brasileiro, na resolução do problema envolvendo a Petrobrás.

No caso equatoriano, estamos diante de um caso muito parecido com a Bolívia, até mesmo pela perda histórica de grande parte de seu território original em conflitos com os países vizinhos. Se a Bolívia perdeu território para todos os países limítrofes, o Equador chegou a perder 61% de seu território para Brasil, Peru e Colômbia e hoje é um dos países de menor extensão territorial de nossa região. A localização geográfica do Equador é extremamente estratégica e, por isso desperta grande interesse dos EUA, tendo em vista que se situa entre dois grandes produtores de drogas ilícitas, Peru e Colômbia

Historicamente, os laços entre Equador e EUA são consideráveis e reforçados durante o período das políticas de ajuste. O impacto do setor de hidrocarbonetos também é considerável na

agenda externa Equatoriana, já que corresponde a 50% da pauta exportadora deste país (SEELKE, 2008).

Além da Constituição o principal documento de Política Externa no Equador é o Plano Nacional de Política Externa 2006-2020 (PLANEX) segundo o qual o Ministério de Relações Exteriores deve preparar planos com diretrizes correspondentes aos objetivos traçados pelo presidente para a Política Externa do país. Assim como na Venezuela e na Bolívia, a presidência da República exerce papel fundamental na condução da Política Externa.

O governo Equatoriano também passou por graves momentos de tensão com países vizinhos, como por exemplo, a crise com o Brasil e seu Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) a partir da expulsão da construtora Odebrecht, responsável pela construção de uma hidrelétrica no país e acusada de quebra de contrato pelo governo Correa. Além disso, tensões com os EUA pela não renovação do tratado que mantém uma base norte-americana no país, a chamada *Manta base*. Mas sem dúvida a crise mais grave foi a deflagrada com a Colômbia, em 2008, quando as forças armadas do país vizinho adentraram o território equatoriano para perseguir guerrilheiros das FARC.

Mas no que se refere à Política Externa, o governo equatoriano também adota uma postura assertiva, de defesa da soberania e fim de assimetrias, é dessa forma que se insere a proposta de criação do Banco del Sur, em substituição às agências financeiras inter-

nacionais (CALVO & MALAMUD, 2009, p. 03).

O caráter nacionalista de suas políticas, o discurso anti-sistêmico, a postura contra-hegemônica, a ampla base de legitimidade conferida por movimentos sociais e pelas urnas são aspectos que conferem grande semelhança aos governos Chávez, Morales e Correa.

O Equador chegou a perder 61% de seu território para Brasil, Peru e Colômbia.

Estas semelhanças se fizeram sentir no rumo, nas orientações de suas Políticas Externas, o que possibilitou não apenas o estreitamento dos laços diplomáticos entre estes países, mas a conformação de uma aliança política na região Andina.

Existem divergências na região entre governos pró-EUA, entre governos de esquerda e governos progressistas, são justamente estas diferenças que levam à necessidade de se buscar aliados:

“Los ‘vientos de la izquierda’ que con optimismo se decía soplaban hace poco más de dos años sobre América Latina parece que han menguado y han dejado traslucir entre otras cosas que los líderes progresistas o iz-

quierdistas no comparten los mismos ideales, valores y ambiciones. Las desconfianzas e intereses unilaterales – de siempre – vuelven a salir a flote entre estos países y esa ha sido la amenaza constante en anteriores intentos de integración.” (TORRE, 2009:206).

É com objetivos, prioritariamente políticos que a *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA) antiga Alternativa Bolivariana para as Américas, criada em 2004 através de um acordo entre Venezuela e Cuba, se tornou um elemento aglutinador dos objetivos de Política Externa desses três países. Na atualidade são membros da ALBA: Antiga e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Equador, Nicarágua, Venezuela e São Vicente e Granadinas.

A mola propulsora para a conformação desta aliança política, que assume como elementos centrais da integração latino-americana a solidariedade entre os povos, preceitos de justiça social e a busca de autodeterminação é a matriz energética:

“El petróleo se convierte en un elemento central de la estrategia de construcción de la unión o confederación latinoamericana y caribeña, por ello, se hace necesario fortalecerlo como recurso energético que produzca beneficios a los Estados productores.” (SOTO, 2004:65)

É desta forma que iniciativas como a Petro América, em suas distintas propostas regionais como a PetroCaribe, PetroAndina, PetroSur, têm extrema relevância para o comércio entre os

países que fazem parte da ALBA, além disso, garantindo os recursos necessários para o fomento da cooperação em termos sociais, culturais e técnico-científicos.

A ALBA que foi criada na condição de contraponto da proposta norte-americana de criação de uma Zona de Livre Comércio das Américas, a ALCA. Mas não alcançou a abrangência que esta última pretendia ter. De uma maneira geral, aderiram ao projeto da Alternativa Bolivariana, aliados políticos da Venezuela na região, países cujos governos compartilham da mesma visão e discurso; além de países caribenhos, região esta que conta com a projeção venezuelana há algumas décadas.

O contexto de criação da ALBA em nosso continente se estabelece a partir de uma visão quase generalizada de que é necessária uma maior projeção internacional dos países da região e de que é mister a autodeterminação dos povos e sua soberania. Mas mesmo entre os governos que sinalizam este objetivo em sua Política Externa, existem nuances distintas, um caminho diferenciado para a busca destes objetivos. É neste sentido, que se pode sinalizar a configuração de diferentes eixos estratégicos entre os países da região. De um lado, países que buscam uma via autônoma se dividem entre experiências tidas como mais radicais, como a Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua e países com uma postura mais moderada, tidos por governos progressistas, como Brasil e Argentina, principalmente. Por outro lado, a conformação de outro eixo mar-

cado por países cujos governos mantêm uma postura mais próxima às proposições de Washington para a região e não buscaram romper com o modelo neoliberal, como seriam os casos da Colômbia, Peru, Chile e México.

Na região andina, em particular, o esvaziamento da Comunidade Andina de Nações (CAN); as divergências político-ideológicas entre os governos e conflitos, principalmente territoriais, recentes ou históricos entre os países dessa região, possibilitaram o afastamento ou a conformação de alianças.

Quando a Venezuela começou a se projetar regionalmente a partir da década de 1979, a prioridade foi a inserção na base caribenha, um importante canal de acesso ao mercado norte-americano e uma região na qual a Venezuela poderia se manter na condição de líder regional. A região andina nunca havia merecido tamanho papel de destaque, a despeito da conformação de um bloco com os países da região.

A Comunidade Andina de Nações remonta ao Pacto Andino, firmado em 1969. A assinatura de Tratados de Livre Comércio (TLC's) entre países da região, como Colômbia e Peru com os EUA e a reação contrária esboçada pela Venezuela, acabou minando o bloco e levando o presidente Chávez a anunciar o desejo de abandonar o bloco, em 2006.

Cabe destacar que na CAN o comércio entre Venezuela e Colômbia teve considerável papel para a manutenção do bloco, sendo possível afirmar que este era o principal interesse da

Venezuela em manter um bloco com os países vizinhos. Historicamente, os dois países são importantes parceiros comerciais, sendo a Venezuela exportadora de petróleo e a Colômbia o importante fornecedor de gêneros alimentícios para o país vizinho.

Mas as tensões e crises diplomáticas ocorridas durante os governos Chávez e Uribe foram determinantes para que ocorresse certo afastamento entre os dois países.

Aliás, alguns conflitos históricos também são fundamentais para compreendermos a tendência ao conflito ou a conformação de alianças na região andina. Na seção anterior, foram feitas alusões ao conflito entre Peru e Equador, conflito pelo Alto Cenepa, que se origina do processo de dissolução da Gran-Colômbia e consequente processo de independência dos países que dela fizeram parte. Em 1995, os dois países chegaram a se enfrentar militarmente por esta antiga questão. A Bolívia tem como litígio o reclame por uma saída ao mar com o Chile, questão remanescente do conflito conhecido como Guerra do Pacífico ou Questão de Arica, que teve início em 1842. Além desse litígio, a Bolívia e o Paraguai se enfrentaram na década de trinta do século passado, em conflito conhecido como a Guerra do Chaco. A Venezuela, além do histórico litígio pela região do Esequibo com a vizinha Guiana, mantém um histórico conflito com a Colômbia conhecido como questão Guajira, referente aos limites territoriais entre os dois países na região do Golfo da Venezuela, re-

gião rica em petróleo. Recentemente, como já destacado anteriormente neste trabalho, Venezuela e Equador, de um lado, e Colômbia de outro, enfrentaram momentos de grande tensão em suas relações quando a Colômbia invadiu o território equatoriano em busca de guerrilheiros das FARC e ainda fez acusações de envolvimento dos presidentes dos dois países vizinhos com a Guerrilha.

Para os céticos em relação ao impacto destes conflitos passados para o futuro da integração regional, cabe ressaltar que na Bolívia, a Guerra do Gás que derrubou um presidente ocorreu devido à proposta de se exportar gás natural pelos portos chilenos.

É diante deste quadro que se esboça que a Alternativa Bolivariana ganha relevo nas relações entre Venezuela, Bolívia e Equador.

Muito embora ainda não seja muito expressiva, até mesmo no que se refere ao comércio entre os países do bloco, ou como destino principal das exportações de seus países membros, a ALBA possibilitou a ampliação e diversificação das relações comerciais desses países. Além disso, confere ao próprio processo de integração regional, um caráter diferenciado e até mais amplo do que o proposto pelos defensores do “regionalismo aberto”. Justamente por considerar aspectos políticos e socio-culturais no processo de integração e cooperação entre os países da região, a ALBA cumpre um papel diferenciador no que se refere às relações interamericanas no século XXI.

Independentemente de sua abrangência ou de seu peso nas relações comerciais de seus países, politicamente ela se tornou um importante instrumento de confluência de objetivos, propostas, ideologias, simbolismos compartilhados entre estes países e fundamentais para compreendermos a conformação de sua Política Externa nos últimos anos.

Especificamente, no caso dos três países andinos, a ALBA corresponde a uma sólida aliança política entre governos com características bem semelhantes. A ALBA seria um instrumento para solidificar a aliança entre estes três países, com a assinatura de diversos acordos de cooperação e iniciativas para a promoção do desenvolvimento tecnológico, de infra-estrutura e da superação da pobreza nestes países.

É justamente a partir da matriz energética, que caracteriza estas economias como de enclave, que estes países procuram fortalecer seus laços e garantir que os recursos adquiridos com a exportação destes recursos sejam utilizados para atingir importantes objetivos políticos destes governos.

A conformação da ALBA também permite criar um canal para a projeção de um modelo político e econômico, que visa a superação do modelo neoliberal e a retomada do papel do Estado na economia, além da adoção de mecanismos participacionistas e até da apropriação da pauta reivindicatória dos movimentos sociais locais por esses governos.

Conclusões

Neste breve trabalho, procurou-se demonstrar como as semelhanças entre Venezuela, Bolívia e Equador não se referem apenas às políticas ou ao estilo de seus atuais presidentes. Em realidade, a ascensão destes atores políticos só foi possível por que estes países apresentavam condições políticas e econômicas muito semelhantes, como a erosão de seus regimes políticos e a profunda crise do modelo neoliberal em suas graves conseqüências e impactos sociais.

Fruto de um ambiente marcado pela crise de legitimidade de velhas instituições políticas e de emergência das pautas e demandas dos movimentos sociais, estes governos encontraram sua base de sustentação quando priorizaram a agenda social e buscaram ampliar as condições de cidadania política, ao implementar importantes reformas no regime democrático de seus países.

Estes aspectos domésticos somados a um contexto regional marcado por profundas divergências político-ideológicas entre os países andinos permitiram a conformação de estreitos laços diplomáticos, comerciais e políticos entre três países em particular, Venezuela, Bolívia e Equador. Os rumos que estes países tomaram em termos políticos e econômicos, em um determinado contexto regional, impactaram suas Políticas Externas. As semelhanças entre os regimes políticos e a busca de reversão do modelo neoliberal, foram elementos de conformação dos objetivos de Política Externa destes países. Por fim, e, como conseqüência, as afinidades entre as Políticas Externas destes três países encontram canal de expressão na formação do bloco *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América*. A ALBA se tornou um contraponto entre diferentes visões políticas, ideológicas, econômicas e sobre as relações internacionais dos países do continente.

Referências bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. *Breve historia económica*. Corporación ed. Nacional/ Fundación Hernan Malo. Quito, 2006.
- ALVAREZ, Angel. "Social Cleavages, political polarization and democratic Breakdown in Venezuela". In: LANDER, Richard. *Política y sociedad en la Venezuela del chavismo*. *Stockholm Review of Latin American Studies*, nº 1, novembro de 2006.
- ARRIARÁN, Samuel. *La derrota del neoliberalismo en Bolívia*. México D.F. Editorial Torres Asociados. 2007.
- BECKER, Marc. Correa, "Indigenous movements, and the writing of a new constitution in Ecuador." *Latin American Perspectives*, 176, vol. 38, nº 1, January 2011, pp. 47-62. Disponível em: <http://www.yachana.org/research/lap2011.pdf> (acesso em 08/03/2012).
- CALVO, Carola García; MALAMUD, Carlos. *Ecuador'S Foreign Policy: presidential interests and ideology*. ARI 61/2009, may 19, 2009.

- CONAGHAN, Catherine; TORRE, Carlos de. “*The permanent campaigns of Rafael Correa: making Ecuador’s plebicitay presidency*”. *Press/politics* 13(3), 2008.
- CORRALES, Javier. *The Venezuelan Political Regime Today: Strengths and weaknesses*. Political Science Department. Amherst college. 2008
- CUNHA FILHO, Clayton M. ; DELGADO, Ana Carolina. “*Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales*.” *Tensões Mundiais*, v. 6, pp. 287-310, 2010.
- CUNHA FILHO, Clayton M. ; VIANA, J. P. S. L. “*A Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, instabilidade e refundação institucional*”. In: LEÃO VIANA, João Paulo Saraiva; VASCONCELLOS, Patrícia Mara Cabral de; RADUAN MIGUEL, Vinícius Valentin (orgs.). *Integração Sul-Americana: desafios e perspectivas*. Porto Velho: Eudfro, 2011, v. , pp. 224-252.
- GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. “*Bolívia: novos rumos na Política Externa*”. *Cadernos de Relações Internacionais*, v. 2, n° 1, 2009.
- KOZLOFF, Nikolas. *Hugo Chávez: Oil, politics, and the challenge to the U.S.* New York. Palgrave McMillan, 2007.
- LAUDER, Luis. “*Petróleo y democracia en Venezuela: del fortalecimiento del Estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta*”. *Revista Galega de economía*, jun-dez. Vol. 14, n°s 01/02. Universidad Santiago de Compostela. España. 2005.
- MAIRA, Luis. “*Dilemas internos y espacios internacionales en el gobierno de Evo Morales*”. *Revista Nueva Sociedad*, n° 209, mayo-junio, 2007.
- LEONT, Jorge. “*La democracia real versus la democracia idealizada: Ecuador de 1978 a 2003*”. *Política*, otoño, n° 42, Universidad de Chile. Santiago, pp. 87-128.
- MAYORAL, Fernando Martín. “*Estado y mercado en la historia de Ecuador: desde los años 50 hasta el gobierno de Rafael Correa*.” *Revista Nueva Sociedad*, n° 221, mayo-junio de 2009.
- MAYORGA, Fernando. “*El gobierno de Evo Morales: entre nacionalismo e indigenismo*.” *Revista Nueva Sociedad*, n° 206, noviembre-diciembre de 2006.
- MORALES, Juan Antonio. “*Cambios y consejos neoliberales en Bolivia*.” *Revista Nueva Sociedad*, n° 121, sept-oct. 1992
- OLIVEIRA, Renata Peixoto de. *Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)*. Belo Horizonte . Tese de Doutorado em Ciência Política. DCP-UFMG, 2011.
- REIS, Guilherme Simões. *A social-democracia do MAS: nem revolução, nem populismo na Bolívia*. 34° Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, 25 a 29 de outubro de 2010.
- SEELKE, Clare Ribando. *Ecuador: Political and economic situation and U.S. Relations*. CRS Report for Congress, may 21, 2008.
- SEVERO, Luciano Wexell. “*Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de sembrar el petróleo*”. Rio de Janeiro. *Revista Oikos*, vol. 8, n° 1, 2009.
- SOUZA, Julia Gomes. “*Crise do neoliberalismo e seus reflexos no aparelho estatal: apontamentos para a reflexão do caso boliviano*”, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt8/Mesa1/crise-do-neoliberalismo-eseus-reflexos-no-aparelho-estatal.pdf> (acesso em 15/03/2012).
- SOTO, Nayllivis Nathaly Naim. “*Alternativa Bolivariana para las Américas: una propuesta histórico-política al ALCA*”. *Geoenseñanza*, vol. 09, n° 1, enero-junio 2001.
- TORRE, Verónica de la. “*De las Alternativas para las Américas, de la alianza Social Continental, a la Alternativa Bolivariana*.” *Argumentos*, vol. 22, n° 59, Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, enero-abril, 2009, pp. 187-214.

Pós-neoliberalismo e a configuração de novas alianças políticas na América Latina: Bolívia, Venezuela e Equador

Renata Peixoto de Oliveira

Resumo

Na medida em que governos de esquerda chegavam à presidência em vários países da região, após uma década perdida e uma década de promessas não cumpridas pela ortodoxia neoliberal, algumas importantes transformações foram sentidas na configuração geopolítica hemisférica. Neste sentido, a *Alianza Bolivariana para los pueblos de nuestra América* (ALBA) por meio de seus diferentes projetos reflete importantes mudanças nas relações internacionais dos países da região, como uma maior busca por autonomia, defesa da soberania nacional e diversificação de suas relações internacionais.

Neste artigo, buscaremos os fatores domésticos e externos que possibilitaram a construção de uma sólida aliança entre os governos venezuelano, boliviano e equatoriano e o papel que a ALBA desempenha na busca de processos alternativos de cooperação como os propostos por estes governos.

Palavras-chave

Pós-neoliberalismo – ALBA – integração Latino-Americana

Abstract

To the extent that left governments came to the presidency in several countries in the region, after a lost decade and a decade of broken promises by the neo-liberal orthodoxy, some important changes were felt in hemispheric geopolitical configuration. In this sense, the Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra América (ALBA), through its various projects, reflects important changes in the international relations of the region countries as a quest for greater autonomy, defense of national sovereignty and diversification of international relations.

In this article, we both domestic and external factors that enabled the construction of a solid alliance between the governments of Venezuela, Bolivia and Ecuador and the role it plays in the ALBA search for alternative processes for cooperation such as those proposed by governments.

Key words

Pos-neoliberalism – ALBA – Latin American Integration

E-mail

renata.oliveira@unila.edu.br

Artigo recebido em 20/05/2012 e
aprovado para publicação em 06/06/2012.